

Direitos dos Pacientes no SUS: Conhecimento de Estudantes de Medicina

Sarah Rachel Correia Pinheiro (Faculdade Estácio, sarahrachel1318@gmail.com)

RESUMO:

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pelo Ministério da Saúde em 2006, representa um marco na consolidação de uma atenção à saúde pautada na dignidade humana, equidade e participação social. Contudo, sua efetivação depende do conhecimento e da prática ética dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento de estudantes de Medicina sobre os direitos dos pacientes no SUS, promovendo reflexão crítica sobre a humanização do atendimento e os fundamentos ético-legais da relação profissional-paciente. A atividade foi desenvolvida como projeto de extensão vinculado à disciplina de Direitos Humanos do curso de Direito da Faculdade Estácio – Campus Juazeiro do Norte, entre março e abril de 2025. A metodologia, de natureza quanti-qualitativa, consistiu na aplicação de um questionário online, elaborado com base na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, no Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) e na Lei Orgânica da Saúde (Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990). Participaram 40 estudantes de Medicina, a partir do 4º semestre, com vivência prática no SUS. As respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva e interpretação qualitativa. Os resultados indicaram que 39,5% dos estudantes conheciam formalmente a Carta, embora 100% reconhecessem a importância do respeito aos direitos dos pacientes. Houve ampla adesão aos princípios da autonomia (97,4%) e do direito à informação (97,4%), mas menor familiaridade com direitos específicos, como acesso ao prontuário (65%) e recusa ao tratamento (62%). As respostas abertas destacaram desafios estruturais, como superlotação e insuficiência de recursos, e enfatizaram o papel das experiências práticas no SUS para a formação ética. A iniciativa resultou na elaboração de um manual digital educativo, construído pelos próprios estudantes, com linguagem acessível e exemplos cotidianos. Conclui-se que a atividade extensionista fortaleceu a integração entre saberes jurídicos e médicos, contribuindo para a formação cidadã e para a valorização dos direitos humanos na saúde pública. A experiência confirma o potencial da extensão universitária como espaço de aprendizagem transformadora e de promoção da equidade e da humanização no SUS.

Palavras-chave: Direitos dos usuários da saúde; Extensão universitária; Humanização do cuidado; Direito à saúde; Políticas públicas.

ABSTRACT:

The Charter of Health Users' Rights, established by the Brazilian Ministry of Health in 2006, represents a milestone in the consolidation of healthcare based on human dignity, equity, and social participation. However, its effectiveness depends on the knowledge and ethical practice of professionals working within the Brazilian Unified Health System (SUS). This study aimed to assess medical students' knowledge of patients' rights in the SUS and to promote critical reflection on care humanization and the ethical-legal principles that guide the professional-patient relationship. The activity was developed as a university extension project linked to the Human Rights course of the Law Program at Estácio College – Juazeiro do Norte Campus, carried out between March and April 2025. The quantitative-qualitative methodology consisted of an online questionnaire based on the Charter of Health Users' Rights, the Code of Medical Ethics (CFM Resolution No. 2.217/2018), and the Organic Health Law (Laws No. 8.080/1990 and 8.142/1990). Forty

medical students from the fourth semester onward participated, all with practical experience in the SUS. The data were analyzed through descriptive statistics and qualitative interpretation. Results showed that only 39.5% of participants were formally familiar with the Charter, although 100% recognized the importance of respecting patients' rights. There was strong adherence to the principles of autonomy (97.4%) and the right to information (97.4%), but lower familiarity with specific rights, such as access to medical records (65%) and refusal of treatment (62%). Open responses revealed structural challenges, such as overcrowding and resource shortages, and highlighted the importance of hands-on experience in developing ethical awareness. The initiative resulted in the creation of a digital educational manual written by the students themselves, using accessible language and everyday examples. It is concluded that the extension activity successfully integrated legal and medical knowledge, contributing to civic education and the promotion of human rights in public health. The experience reinforces the transformative potential of university extension as a space for learning, participation, and the promotion of equity and humanization in the SUS.

Keywords: Health users' rights; University extension; Humanized care; Right to health; Public policies.